

MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.

MINAS ENCERRA 2023 COM REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E INVESTIMENTOS EM ESTRATÉGIAS COM ALTA TECNOLOGIA

Ano foi marcado pelo lançamento do Minas contra o Desmatamento, o fortalecimento do monitoramento e da fiscalização e queda na área desmatada no estado em relação a 2022



O ano de 2023 representou um marco positivo no que diz respeito ao combate ao desmatamento ilegal em Minas Gerais. O estado entrará em 2024 com redução dos números nos mais variados biomas: Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Os índices expressivos foram alcançados pela soma de diversos fatores, como intensificação da fiscalização preventiva e repressiva, além dos investimentos em estratégias com alta tecnologia e da articulação construída com os municípios por meio do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema).

As ações de fiscalização de desmatamento são orientadas, entre outros fatores, pelo monitoramento contínuo da vegetação nativa, realizado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF). Assim, é possível detectar mudanças na cobertura do solo em curto intervalo de tempo,

possibilitando, assim, uma ação rápida de fiscalização nas áreas ilegalmente desmatadas.

Dados do monitoramento contínuo mostram que, em 2023, até o mês de novembro, foi apurada uma redução de 17% no desmatamento no estado em relação a 2022. No ano passado, no período citado anteriormente, foi constatado um desmate irregular de 36.486 hectares, enquanto que no presente ano, foram registrados 28.904 hectares de vegetação suprimidos sem a devida autorização.

Os resultados positivos em relação à queda do desmatamento no estado de Minas Gerais também são confirmados por dados de institutos e organizações nacionais.

No fim de novembro, o boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) Mata Atlântica mostrou que, nos primeiros oito meses de 2023, houve uma redução de 62% no desmatamento da Mata Atlântica em Minas, um percentual mais expressivo do que o registrado no Brasil, que foi de 59%. A retração passou de 9.570 hectares para 3.599 hectares.

Em relação ao Cerrado, dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no fim de novembro também apontaram que Minas reduziu em 12% a área suprimida no bioma citado. O percentual, inclusive, vai na contramão do Brasil, que registrou aumento de 3% no desmatamento em um ano.

A seguir, você confere, de forma detalhada, como Minas Gerais atua no combate ao desmatamento ilegal.

TECNOLOGIA AVANÇADA



Minas Gerais passou a contar neste ano com um importante aliado na luta contra o desmatamento. Por meio de parceria firmada junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Estado passou a usar a plataforma de sensoriamento remoto via satélite Brasil MAIS nas ações de fiscalização e de regularização ambiental. Com a tecnologia, foi possível diminuir o tempo médio gasto para o monitoramento da cobertura vegetal do

território mineiro de 40 para 25 dias, reduzindo custos e permitindo uma atuação mais rápida e assertiva dos órgãos de controle.

A nova tecnologia de monitoramento é capaz de reduzir em 40% o tempo de varredura da cobertura vegetal em Minas Gerais. A plataforma Brasil MAIS permite o acesso a imagens adquiridas pela constelação PlanetScope, composta por mais de 180 satélites. Os dados de desmatamento são atualizados semanalmente e compartilhados on-line com os usuários cadastrados.

Atualmente, a plataforma conta com mais de 300 instituições públicas cadastradas, sendo responsável pelo monitoramento diário de 8,5 milhões de Km² em todo o território nacional. A tecnologia consegue identificar, com mais precisão, pequenas áreas de desmatamento (menores que um hectare), permitindo uma ação de fiscalização mais rápida nessas áreas, evitando um dano ambiental mais intenso e interrompendo a continuidade do desmate. Quando identificada a supressão vegetal, é feito o cruzamento com os dados de atos autorizativos e verificado se há ou não irregularidades.

“Houve um aperfeiçoamento da ferramenta de monitoramento a partir da utilização dos alertas de desmatamento gerados pela plataforma Brasil MAIS. A incorporação destes dados trouxe mais dinamismo ao processo, gerando informações mais precisas e mais rápidas”, avaliou o gerente de Monitoramento Territorial e Geoprocessamento do IEF, Bruno de Almeida.

Outro avanço alcançado em 2023 diz respeito à gestão de uma base de dados geoespacial das áreas autorizadas para intervenção ambiental (AIA). A base conta com dados do IEF, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e dos municípios conveniados e está em contínua atualização, publicada na Infraestrutura de Dados Espaciais do Sisema (IDE-SISEMA),



disponível para visualização e download [aqui](#).

“Esta base torna mais assertiva a identificação de um desmatamento irregular e contribui para a eficiência do Monitoramento Contínuo”, ressaltou Bruno.

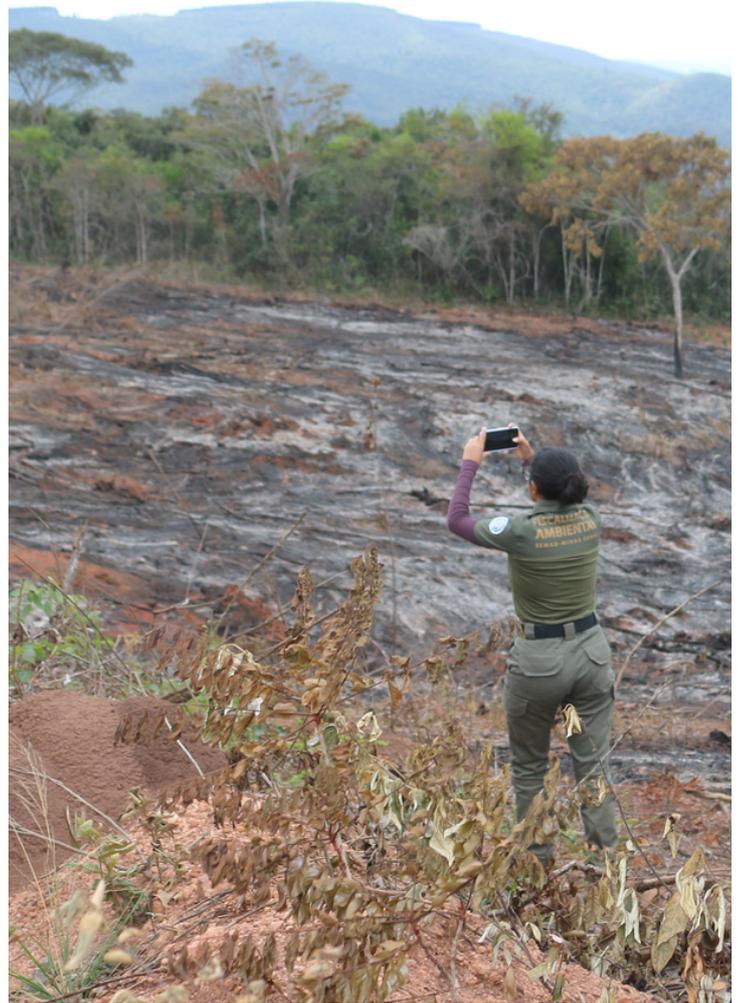
“Trata-se de uma evolução no dinamismo no trabalho, proporcionando maior qualidade e transparência nas análises”, disse a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

FISCALIZAÇÃO E INTELIGÊNCIA

Até o dia 26 de dezembro, foram realizadas em Minas Gerais 10.340 fiscalizações, gerando 6.873 infrações ambientais. A Mata Atlântica continua sendo o bioma com o maior número de fiscalizações (5.303), seguido do Cerrado (4.706) e da Caatinga (293).

Além disso, Minas Gerais foi o primeiro estado brasileiro a adotar uma abordagem inovadora no enfrentamento aos crimes ambientais, integrando atividades de inteligência à fiscalização ambiental. Com a recém-criada Superintendência de Inteligência (SINT), subordinada à Subsecretaria de Fiscalização Ambiental da Semad, as ações contra esses ilícitos contam, agora, com investigações aprofundadas, por meio de compartilhamento de informações e métodos analíticos, em atuação com outros órgãos, a fim de prevenir e combater, principalmente, o tráfico de animais silvestres, desmatamento e mineração ilegais.

“A Agência de Inteligência Especial nos permite uma atuação conjunta com órgãos de combate a ilícitos ambientais, como as Forças de Segurança do estado. A partir disso, há troca de conhecimento e fortalecimento do nosso enfrentamento”, comentou Marília.



Classificada, em 2022, como Agência de Inteligência Especial, por meio de resolução da Semad, a atividade pertence à Diretoria de Inteligência e Ações Especiais (Diae) da Semad, e está subordinada à SINT, criada com a nova reorganização administrativa da secretaria. Este ano, em decisão unânime, foi aprovado o ingresso da Diae/Semad ao Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública de Minas Gerais (Seisp).

Com essa integração, o combate às práticas lesivas ao meio ambiente passa a contar com uma articulação com outros órgãos e demais agências de inteligência, proporcionando tomadas de decisão colegiadas, permitindo o desenvolvimento de estudos relativos a tema de



interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Além disso, em fevereiro deste ano, a Semad entregou 215 tablets à Polícia Militar de Meio Ambiente, para fortalecer o trabalho de combate às infrações e crimes ambientais; e em junho entregou novos drones para a Fiscalização e viaturas para a PM de Meio Ambiente.

AÇÕES CONJUNTAS



Em maio, a Semad assinou um Protocolo de Intenções com municípios para o desenvolvimento de ações preventivas conjuntas e articuladas para redução do desmatamento ilegal no estado. Prefeituras de de algumas regiões mais críticas em relação a focos de desmatamento ratificaram o compromisso de articular ações com o Estado, com o intuito de reduzir ocorrências em seus respectivos territórios. A iniciativa deu início ao termo de cooperação do plano de ação Minas contra o Desmatamento.

Em parceria com o setor produtivo mineiro, a Semad também promoveu a 7ª edição do Programa Fiscalização Ambiental Preventiva na Indústria (FAPI 2023), que tem o objetivo de instruir e incentivar empreendedores para a regularização prévia de suas atividades, desenvolvido em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Polícia Militar de Meio Ambiente (PMMAmb). Na mesma linha, o Governo de Minas assinou Protocolo de Intenções com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) para a implementação do Programa de Fiscalização Preventiva na Agropecuária (Fapa).

“Em 2024 seguiremos colhendo os frutos do que foi planejado e executado em 2023. Ainda temos muito trabalho pela frente e sabemos dos nossos desafios, mas seguiremos atuando para reduzir ainda mais o desmatamento em nosso estado e vamos reforçar a conscientização da sociedade sobre as consequências da atividade ilegal para o meio ambiente”, concluiu Marília Melo.

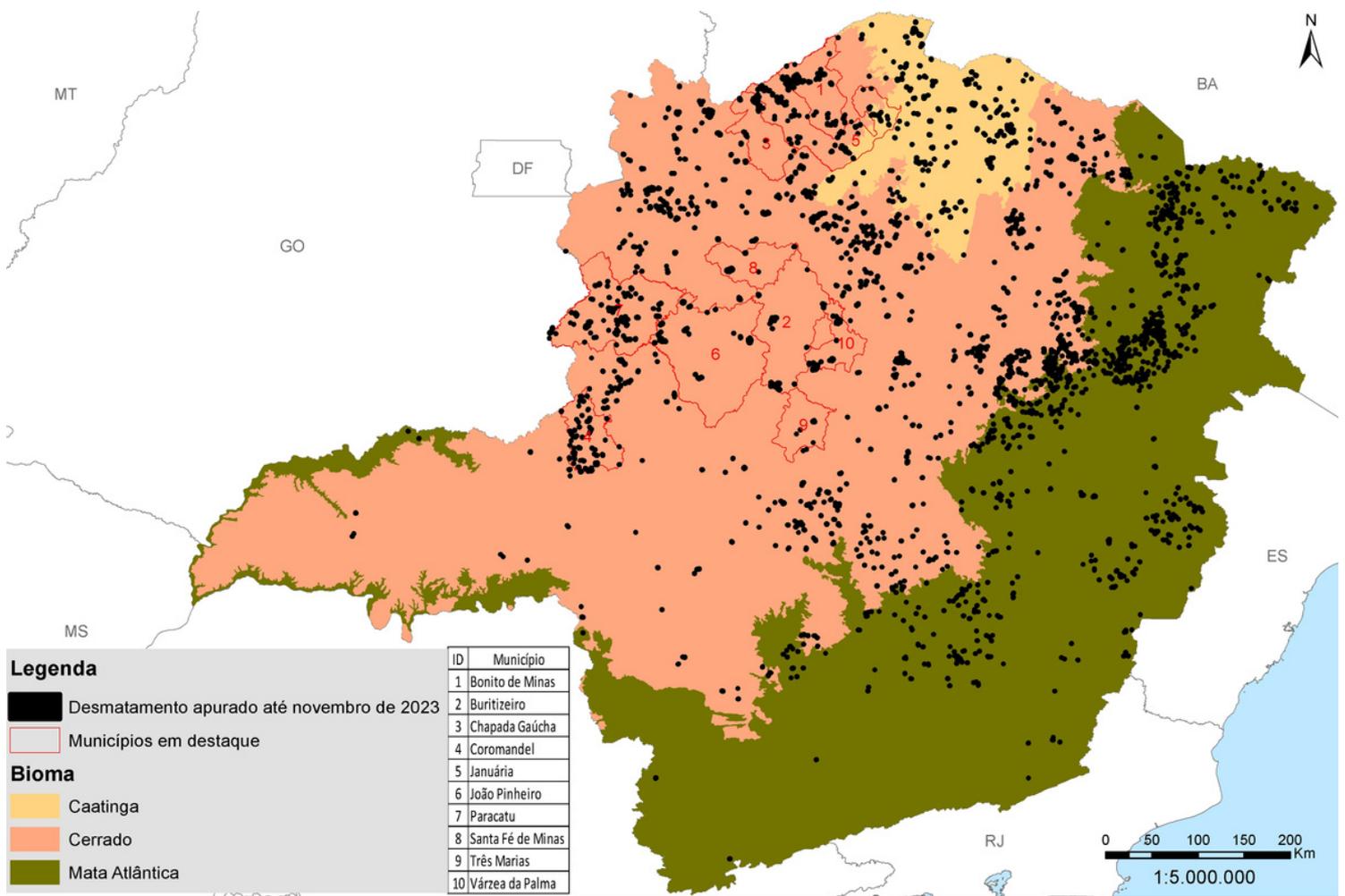
“A Agência de Inteligência Especial nos permite uma atuação conjunta com órgãos de combate a ilícitos ambientais, como as Forças de Segurança do Estado. A partir disso, há troca de conhecimento e fortalecimento do nosso enfrentamento”.

Marília Carvalho de Melo

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



Ocorrência de desmatamento em Minas Gerais Monitoramento Contínuo da Vegetação - IEF 2023



DADOS DE FISCALIZAÇÃO (JAN-DEZ/2023)

116 OPERAÇÕES SEMAD/PMMG
10.340 NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES

22.427 HECTARES EM ÁREA FISCALIZADA
6.873 NÚMERO DE INFRAÇÕES



FISCALIZAÇÕES CONTRA O DESMATAMENTO

ANO	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
2019	5.701	3.604
2020	5.983	3.347
2021	7.001	4.302
2022	10.190	6.525
2023	10.340	6.873
TOTAL	39.215	24.651

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA 2023

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	293	212
CERRADO	4.706	2.980
MATA ATLÂNTICA	5.306	3.051
NÃO INFORMADO	35	630
TOTAL	10.340	6.873

FISCALIZAÇÕES - POR BIOMA (2019 A 2023)

BIOMA	FISCALIZAÇÕES	INFRAÇÕES
CAATINGA	857	547
CERRADO	16.506	9.829
MATA ATLÂNTICA	21.687	11.764
NÃO INFORMADO	165	2.511
TOTAL	39.215	24.651



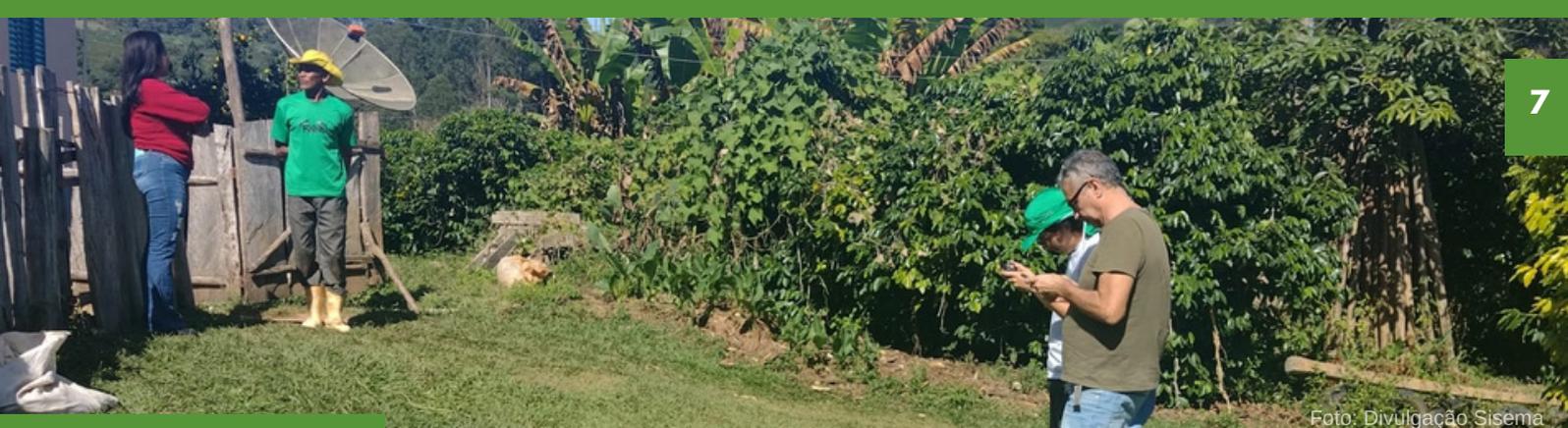


Foto: Divulgação Sisema

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL AVANÇA EM MINAS E REFORÇA COMBATE AO DESMATAMENTO

Em 2023, o IEF realizou 17.173 análises de Cadastros Ambientais Rurais (CARs), com 191 já concluídas. Além disso, o Estado tem avançado na implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O combate ao desmatamento ilegal, por meio da regularização ambiental, tem avançado em Minas Gerais. O estado já contabiliza 17.173 análises de Cadastros Ambientais Rurais (CARs), com 191 já concluídas. Esses números colocam Minas em destaque no país, refletindo as diversas estratégias adotadas pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), como a contratação de uma empresa especializada e o uso da Análise Dinamizada. Como resultado, Minas avança na implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O desempenho de Minas foi reconhecido na publicação de dezembro deste ano da Climate Policy Initiative – PUC/RJ, uma organização com experiência na análise de políticas públicas e finanças. Em comparação com outros estados brasileiros, Minas vem se destacando na implementação do Código Florestal, uma lei crucial para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento da economia verde com soluções baseadas na natureza, promovendo uma agricultura sustentável e de baixo carbono.

O Cadastro Ambiental Rural é um registro público, eletrônico e de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com o propósito de integrar informações ambientais das propriedades e posses rurais, especialmente em relação às áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP). Essas informações compõem uma base

de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento.

O Cadastro Ambiental Rural é um registro público, eletrônico e de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com o propósito de integrar informações ambientais das propriedades e posses rurais, especialmente em relação às áreas de Reserva Legal (RL) e de Preservação Permanente (APP). Essas informações compõem uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento.

"Nosso compromisso é acelerar cada vez mais as análises do CAR e a adesão ao PRA no estado. Em agosto deste ano, começamos a publicar notificações das análises do CAR. No primeiro edital, foram divulgadas 112 análises; no segundo, 160; no terceiro, 836; e no quarto, 1.584. Nosso objetivo é a publicação de 4 mil por mês. Isso nos permitirá desenvolver estratégias eficazes para a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais", comenta a secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Marília Melo.

Para alcançar esses avanços, o IEF utiliza diversas alternativas, que são empregadas de



forma concomitante, conforme a viabilidade técnica.

Entre as estratégias lançadas pelo IEF estão a contratação de uma empresa especializada, o reforço da equipe técnica do CAR, o uso da ferramenta de Análise Dinamizada do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e a utilização da ferramenta CAR 2.0 da Plataforma Selo Verde.

AVANÇOS DO PRA

O Programa de Regularização Ambiental (PRA) compreende um conjunto de ações e medidas de natureza técnico-ambiental com o intuito de promover a regularização de posses e propriedades rurais que apresentem passivos ambientais, incluindo a implantação da recomposição de tais áreas, identificadas a partir da declaração no CAR.

Como resultado dos avanços referentes às análises e à homologação do cadastro, Minas já conta com 112 Termos de Compromissos firmados para fins de adequação legal/ambiental de imóveis rurais, em consonância com o PRA. “Esse avanço ocorreu por meio da adoção da modalidade 'PRA declaratório', em que o proprietário se compromete e realiza, com apoio do IEF, a adequação ambiental, conforme determina a legislação, mesmo antes da análise e homologação do CAR. Ele se compromete a complementar a adequação posteriormente, caso seja verificada a necessidade, durante a análise do CAR de sua propriedade”, explica a diretora de Conservação e Recuperação de Ecossistemas do IEF, Marina Dias.

Segundo ela, essa estratégia responde à emergência das mudanças climáticas e ao combate ao desmatamento, que requer do poder público um senso de urgência na implementação e regularização, por meio da restauração da vegetação nativa, de Áreas de Reserva Legal (RL), Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Uso Restrito (AUR).



Foto: Divulgação Sisema

PRA Produzir Sustentável

Minas Gerais tem mais de 1 milhão de imóveis cadastrados no CAR e um passivo ambiental declarado no cadastro estimado em aproximadamente 3 milhões de hectares. Para enfrentar esse desafio, o IEF lançou, em 2022, o Programa PRA Produzir Sustentável, que visa promover a regularização dos imóveis rurais em Minas, por meio da conservação e restauração de ecossistemas conciliada à produção rural. Nesse programa, a governança dos territórios viabiliza a união dos atores locais, resultando em convergência de esforços e sinergia entre os setores ambiental e produtivo.

“O PRA Produzir Sustentável é um programa guarda-chuva que alinha o Código Florestal a outras políticas como restauração, Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), clima e recursos hídricos. O programa pretende promover a adequação ambiental através da restauração produtiva, gerando renda para os produtores rurais”, explica Marina.



Números do CAR em 2023:

15.714
CARs

com análise individualizada iniciada;

1.459
CARs

em processo de análise dinamizada até dezembro;

191
CARs

com análises concluídas;

Curso EAD de Análise do CAR

Lançamento na Plataforma Trilhas do Saber, com segunda turma iniciando em dez/2023.

Números do PRA Produzir Sustentável em 2023:



112 Termos de Compromisso de PRA firmados até novembro/2023



Lançamento do **curso EAD de Análise do CAR** na Plataforma Trilhas do Saber, com segunda turma iniciando em dez/2023.



15 Unidades Demonstrativas do PRA Produzir Sustentável em implantação, com adequação ambiental e produtiva dos IRs;



20 municípios mobilizados para elaboração de seus Planos Municipais de Mata Atlântica (PMMAs);



25 oficinas de mobilização do PRA Produzir Sustentável nas URFBios/IEF



Produção de 562.184 mudas de espécies nativas até novembro/2023





MINAS CONTRA O DESMATAMENTO

DENÚNCIAS

A colaboração de todos é fundamental para o combate ao desmatamento! Faça também a sua parte, denuncie!

A denúncia ou solicitação de fiscalização ambiental pode ser feita pelo **LigMinas** (ligue 155 - opção 7) ou por este link: www.meioambiente.mg.gov.br/-denuncia-ambiental-solicitar-fiscalizacao-ambiental



[MEIOAMBIENTE.MG.GOV.BR](http://www.meioambiente.mg.gov.br)



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.instagram.com/meioambienteminasgerais)



[MEIOAMBIENTEMINASGERAIS](https://www.facebook.com/meioambienteminasgerais)

feam
FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

IEF
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Igam
Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.